



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS
Secretaria de Desenvolvimento Econômico
Secretaria-Executiva de Comércio, Oportunidade e Postura

PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI Nº 2026-04000141

MODALIDADE: CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2026 – SDE

CRONOGRAMA DE ETAPAS: DE 17/04 A 22/05/2026

ENDEREÇO ELETRÔNICO: angra.rj.gov.br/credenciamentocartaoeducacao

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2026 - SDE

O Município de Angra dos Reis, por meio da Secretaria-Executiva de Comércio, Oportunidade e Postura – SDE.SCOP, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico - SDE, com endereço na Rua Cônegos Bittencourt, nº 80 – Centro – Angra dos Reis/RJ – CEP. 23.900-300; torna público, para ciência dos interessados, o presente **CHAMAMENTO PÚBLICO**, visando credenciamento de Comércio Varejista de Artigos de Papelaria; Comércio Varejista Especializado de Equipamentos e Suprimentos de Informática, para atenderem aos **Programas “Material Escolar” e “Material de Apoio ao Trabalho Pedagógico”**, e estabelecimentos comerciais no ramo de confecção de peças de vestuário, comércio varejista de artigos de vestuário e calçados, para atender ao **“Programa Uniforme Escolar”**, localizados e regularmente funcionando no Município de Angra dos Reis/RJ, para fornecimento de material de trabalho pedagógico aos docentes, pedagogos e coordenadores pedagógicos, fornecimento de material didático escolar e de uniforme escolar aos alunos regularmente matriculados na Rede Pública Municipal de Ensino de Angra dos Reis, por meio de Cartão Magnético ou outra tecnologia que funcione como cartão de débito, nos termos da Lei nº 4.018, de 23/11/2021, regulamentada pelo Decreto nº 12.391, de 07/12/2021, Resolução SEJIN nº 044, de 12/12/2025 e Resolução SDE nº 004, de 05/12/2025; Lei nº 4.019, de 23/11/2021, regulamentada pelo Decreto nº 12.392, de 07/12/2021, Resolução SEJIN nº 043, de 12/12/2025 e Resolução SDE nº 005, de 05/12/2025; Lei nº 4.150, de 22/12/2022, regulamentada pelo Decreto nº 12.853, de 22/12/2022, Resolução SEJIN nº 042, de 12/12/2025 e Resolução SDE nº 006, de 05/12/2025.

Os interessados deverão atender as condicionantes deste Edital e preencher ficha de inscrição, apresentando a documentação exigida, no período de 27/04 a 06/05 de 2026, no endereço eletrônico: angra.rj.gov.br/credenciamentocartaoeducacao.

A inscrição se encerra às 23:59 horas do dia 06/05/2026.

CAPÍTULO I - DO PROPÓSITO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO - SDE

1.1. O presente Edital de Chamamento Público visa o credenciamento de estabelecimentos comerciais interessados em participar dos Programas “Material Escolar”, “Uniforme Escolar” e “Material de Apoio ao Trabalho Pedagógico”, para o ano letivo de 2026, nos termos e limites das Resoluções SEJIN nºs 044, 043 e 042/2025; Resoluções SDE nºs 004, 005 e 006/2025 e do presente Edital.



1.2 Conforme definido na Lei nº 4.018/2021, regulamentada pelo Decreto nº 12.391/2021; Lei nº 4.019/2021, regulamentada pelo Decreto nº 12.392/2021, e Lei nº 4.150/2022, regulamentada pelo Decreto nº 12.853/2022, a Secretaria de Educação, Juventude e Inovação - SEJIN deve conceder auxílio financeiro destinado a: aquisição de material de apoio ao trabalho pedagógico para atender as necessidades dos docentes, pedagogos e coordenadores pedagógicos; aquisição de material didático escolar, e aquisição de peças que compõem o uniforme escolar para atender as necessidades dos alunos regularmente matriculados na Rede Pública Municipal de Ensino do Município de Angra dos Reis.

1.3 Para o ano letivo de 2026 a concessão do benefício previsto nas Leis nºs 4.018/2021, 4.019/2021 e 4.150/2022 se dará por meio de auxílio financeiro destinado à aquisição dos itens elencados nos Anexos das resoluções SEJIN nºs 044, 043 e 042/2025, por meio de cartão magnético ou outra tecnologia que funcione como cartão de débito, que será disponibilizada pela empresa facilitadora de solução tecnológica contratada pela SEJIN.

1.4 O credenciamento seguirá as normas estabelecidas pelas Resoluções SEJIN nºs 044, 043 e 042/2025, pelas Resoluções SDE nºs 004, 005 e 006/2025 e no presente Edital.

1.5. As Resoluções SEJIN nºs 044, 043 e 042/2025, Publicadas no Boletim Oficial do Município nº 2262, de 12 de dezembro de 2025 e seus respectivos Anexos, fazem parte integrante do presente Edital.

CAPÍTULO II - DO OBJETO DO CREDENCIAMENTO

2.1. O Chamamento Público tem por objeto o credenciamento de empresas, com atuação no comércio varejista de artigos de papelaria; comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática e estabelecimentos comerciais, com atividade de confecção de peças de vestuário, comércio varejista de artigos de vestuário e calçados, localizadas e regularmente funcionando no Município de Angra dos Reis, para a venda dos produtos descritos nos Anexos das Resoluções SEJIN nºs 044, 043 e 042/2025, para atender aos beneficiários dos Programas Material Escolar, Uniforme Escolar e Material de Apoio ao Trabalho Pedagógico.

CAPÍTULO III - DA COMISSÃO ESPECIAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

3.1. A Comissão Especial de Chamamento Público, criada pelo Decreto nº 14.548, de 15/01/26 e Decreto nº 14.570, de 27/01/26 (Errata publicada no B.O. de 03/02/26, ed. 2294), é formada por 05 (cinco) membros, sendo 1 membro da SEJIN, 01 membro da SFI e 03 membros da SDE, sendo dois servidores ocupantes de cargo efetivo ou emprego permanente na Administração Pública.

3.2. O membro da Comissão Especial de Chamamento Público se declarará impedido de participar do processo quando:

3.2.1. Tenha participado, nos últimos 02 (dois) anos, como associado, cooperado, dirigente, conselheiro ou empregado de qualquer estabelecimento participante do chamamento público; ou

3.2.2. Sua atuação no processo de seleção configurar conflito de interesse, entendido como a situação gerada pelo confronto entre interesses público e privado, que possa comprometer o



interesse coletivo ou influenciar, de maneira imprópria, o desempenho da função pública.

3.3. O membro impedido deverá ser imediatamente substituído, a fim de viabilizar a realização ou continuidade do processo de seleção.

3.4. Para subsidiar seus trabalhos, a Comissão Especial de Chamamento Público poderá solicitar assessoramento técnico aos órgãos integrantes da Administração Pública Direta e/ou indireta.

3.5. A Comissão Especial de Chamamento Público poderá realizar, a qualquer tempo, diligências para verificar a autenticidade das informações e documentos apresentados pelos estabelecimentos comerciais ou para esclarecer dúvidas e omissões.

3.6. São atribuições da Comissão Especial de Chamamento Público:

- I. Acompanhamento do processo de Chamamento Público;
- II. Recebimento e conferência da documentação de habilitação;
- III. Análise e julgamento sobre a documentação apresentada;
- IV. Análise e julgamento de impugnações ao presente Edital;
- IV. Recebimento de recursos e emissão de parecer dos recursos interpostos;
- V. Encaminhar o parecer para decisão do Secretária Executiva de Comércio, Oportunidade e Postura;
- VI. Homologar o credenciamento das empresas habilitadas;
- VII. Encaminhamento para publicação no Boletim Oficial do Município da lista final de estabelecimentos comerciais habilitados.

3.7. A Comissão especial de Chamamento Público se reunirá diariamente, durante o período constante do Cronograma de Etapas (Capítulo V – item 5.1) para dar efetividade às suas atribuições.

3.8. A Comissão Especial de Chamamento Público atuará durante toda vigência do presente Edital.

CAPÍTULO IV - DA PARTICIPAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO

4.1. Poderão participar deste Chamamento Público as empresas localizadas e regularmente funcionando no Município de Angra dos Reis/RJ, que estejam regulares com suas obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias, e que atuem em:

- Comércio varejista de artigos de papelaria;
- Comércio Varejista Especializado de Equipamentos e Suprimentos de Informática e,
- Estabelecimentos comerciais, com atividade de confecção de peças de vestuário, comércio varejista de artigos de vestuário e calçados.

4.2. Para participar deste Edital, as empresas deverão cumprir as seguintes exigências:

- a) Aceitar e concordar com todas as disposições previstas no presente Edital de Chamamento Público, bem como se responsabilizar, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção.
- b) Atender aos requisitos constantes do item 7.1 e apresentar toda a documentação prevista no item



7.2 do Capítulo VII - DOS REQUISITOS PARA CELEBRAÇÃO DO CREDENCIAMENTO.

CAPÍTULO V - DO CRONOGRAMA DE ETAPAS

5.1. Para o ano letivo de 2026, fica definido o seguinte cronograma:

Data	Cronograma de Etapas
17/04/2026	Publicação do Edital
20 e 21/04/2026	Impugnação do edital
22/04/2026	Decisão sobre Impugnação
De 27/04 a 06/05/2026	Inscrição e apresentação da documentação
08/05/2026	Publicação da listagem das empresas aptas e credenciadas
11 a 14/05/2026	Prazo para apresentação de Recurso
15 a 19/05/2026	Prazo para Comissão Esp. Cham. Púb. encaminhar parecer ao recurso
21/05/2026	Prazo para Decisão em recurso
22/05/2026	Homologação do resultado final - empresas aptas e credenciadas

5.2. Havendo impugnação fundamentada ao ato convocatório e sendo a mesma acolhida pela Comissão Especial de Chamamento Público, esta tomará as providências necessárias para retificação do edital, realizando a publicação no Boletim Oficial do Município.

5.3. As empresas interessadas deverão entregar a documentação constante do item 7.2 do Capítulo VII, no prazo estabelecido no item 5.1 do Capítulo V, no endereço eletrônico especificado no preâmbulo deste Chamamento Público, qual seja, angra.rj.gov.br/credenciamentocartaoeducacao.

CAPÍTULO VI – DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

6.1. No período de 27 a 28/04/26, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos sobre o presente edital, por escrito, encaminhado a Comissão Especial de Chamamento Público pelo e-mail: sde.credenciamento@angra.rj.gov.br, explicitando no campo “Assunto”: Esclarecimento.

6.2. Caberá à Comissão Especial de Chamamento Público prestar os esclarecimentos no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da solicitação de esclarecimento.

CAPÍTULO VII - DOS REQUISITOS PARA CELEBRAÇÃO DO CREDENCIAMENTO

7.1. São requisitos para celebração do Credenciamento:

7.1.1. Preencher o formulário de Inscrição (angra.rj.gov.br/credenciamentocartaoeducacao), marcando o programa ao qual deseja se inscrever;

7.1.2. Apresentar toda a documentação definida no item 7.2;

7.1.3. Constar no Contrato Social/Estatuto atividade econômica condizente com o objeto do



presente Edital;

7.1.4. Comprovação de experiência mínima de 01 (um) ano de atuação no ramo da atividade objeto do presente credenciamento que se pretende credenciar, de acordo com o Contrato Social ou Estatuto da empresa e alterações.

7.1.5. Estabelecimento localizado e regularmente funcionando em Angra dos Reis/RJ;

7.1.6. Estar adimplente com suas obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias.

7.1.7. Não estar suspenso para participação nos Programas de que trata o presente Edital.

7.2. São documentos de apresentação obrigatória:

a) Cédula de Identidade;

b) Espelho do CNPJ;

c) Alvará de funcionamento;

d) Certidão Negativa de Débito Municipal, Estadual (acompanhada da Certidão Negativa de Dívida Ativa, emitida pela Procuradoria Geral do Estado/RJ), e Federal;

e) Registro comercial, no caso de empresa individual; ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais;

f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

g) Certidão de Regularidade da Empresa junto ao FGTS;

h) Procuração assinada por quem de direito, quando houver, outorgando ao seu representante poderes para tomar as decisões que julgar necessárias, durante o Chamamento Público, acompanhada de documento de identidade e CPF do outorgante e do procurador;

i) demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados (específico para cooperativas).

Parágrafo único. A constituição e o funcionamento das cooperativas devem observar as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012 e, Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009.

7.3. Os documentos necessários para o credenciamento serão analisados e validados pela Comissão Especial de Chamamento Público.

CAPÍTULO VIII – DA INSCRIÇÃO

8.1. A empresa deve acessar o endereço eletrônico angra.rj.gov.br/credenciamentocartaeducacao, no Portal da Prefeitura Municipal de Angra dos Reis, preencher o Formulário de Inscrição e juntar toda a documentação exigida no item 7.2 do Capítulo VII, respeitado o prazo estabelecido no item 5.1. do Capítulo V (de 27/04 a 06/05/26).

8.2. O sistema emitirá e-mail de confirmação do recebimento.

CAPÍTULO IX - DA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO, JULGAMENTO DE RECURSOS E CREDENCIAMENTO

9.1. A Comissão Especial de Chamamento Público procederá à análise dos documentos apresentados pelas empresas, considerando-as aptas ou inaptas ao credenciamento.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS
Secretaria de Desenvolvimento Econômico
Secretaria-Executiva de Comércio, Oportunidade e Postura

9.2 Será inabilitada a empresa que:

9.2.1. Não cumprir os requisitos constantes do item 7.1 e/ou deixar de apresentar os documentos descritos item 7.2, no prazo estabelecido (Capítulo V, item 5.1);

9.2.2. Não prestar os esclarecimentos solicitados pela Comissão Especial de Chamamento Público, pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SDE, pela Secretaria de Educação, Juventude e Inovação – SEJIN, em qualquer fase do credenciamento e, posteriormente a este, enquanto durar a execução dos Programas.

9.3. É facultado a empresa inabilitada apresentar recurso à Comissão Especial de Chamamento Público no período estabelecido no Cronograma de Etapas constante do item 5.1 – Capítulo V, do presente edital.

9.3.1. As empresas inabilitadas por não juntar documentação exigida ou com prazo de validade expirado, poderá apresentar a mesma em fase recursal.

9.3.2. Não será aceito apresentação de “requerimento” de qualquer dos documentos exigidos em substituição aos mesmos.

9.3.3. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.4. A Comissão Especial de Chamamento Público terá o período estabelecido no Cronograma constante do Item 5.1 – Capítulo V, para elaboração de parecer opinativo, encaminhando o mesmo para decisão da Secretária Executiva de Comércio, Oportunidade e Postura.

9.5. O recurso deverá ser apresentado DE FORMA FÍSICA (por escrito), ser assinado pelo representante legal do estabelecimento comercial ou procurador devidamente constituído, e entregue na Secretaria-Executiva de Comércio, Oportunidade e Postura, sito Rua Cônegos Bittencourt, nº 80 – Centro – Angra dos Reis/RJ.

9.5.1. O recurso será recebido por um dos membros da Comissão Especial de Chamamento Público, mediante recibo.

9.5.2. Só poderá ser apresentado recurso uma única vez.

9.6. Os recursos interpostos serão julgados pela Secretária Executiva de Comércio, Oportunidade e Postura, após parecer da Comissão Especial de Chamamento Público, tendo sua decisão caráter terminativo.

9.7. O julgamento do recurso será feito no período estabelecido no Cronograma constante do Item 5.1, do Capítulo V.

9.8. A decisão sobre o recurso apresentado será encaminhada para o endereço eletrônico informado pelo interessado em sua inscrição e publicado, por extrato, no Boletim Oficial do Município.

9.8.1. O encaminhamento da comunicação eletrônica será considerado como ciência do interessado.

9.9. Findo o prazo recursal e julgados os recursos, ou não havendo estes, o processo de credenciamento dos estabelecimentos comerciais será de caráter homologatório para aqueles que cumprirem os requisitos e eliminatório para aqueles não habilitados.

9.10. O processo de credenciamento será conduzido pela Comissão Especial de Chamamento



Público, que declarará as empresas credenciadas nos Programas de que trata este Edital, declaração esta que será homologada pela Secretária Executiva de Comércio, Oportunidade e Postura, publicando o resultado final no Boletim Oficial do Município.

CAPÍTULO X - DAS OBRIGAÇÕES DOS CREDENCIADOS

10.1. São obrigações dos estabelecimentos comerciais credenciados:

10.1.1. Obedecer à listagem dos materiais escolar e de apoio ao trabalho pedagógico, bem como das peças que compõem o uniforme escolar, constantes dos Anexos das Resoluções SEJIN n°s 044, 043 e 042 de 12 de dezembro de 2025, que fazem parte integrante do presente Edital;

10.1.2. Aceitar as regras estabelecidas pela empresa facilitadora de solução tecnológica a ser contratada pela SEJIN, para execução dos Programas “Material Escolar”, “Material de Apoio ao Trabalho Pedagógico” e “Uniforme Escolar”;

10.1.3. Emitir nota fiscal, com CPF do responsável, para todas as transações comerciais realizadas com a tecnologia disponibilizada pela empresa facilitadora de solução tecnológica contratada pela SEJIN, devidamente discriminada por itens, para posterior prestação de contas;

10.1.4. Prestar prontamente, a qualquer tempo, os esclarecimentos solicitados pela Secretaria-Executiva de Comércio, Oportunidade e Postura – SDE.SCOP, pela Secretaria de Educação, Juventude e Inovação – SEJIN, e pela empresa facilitadora de solução tecnológica contratada pela SEJIN, sob pena de descredenciamento, além de outras sanções administrativas e legais aplicáveis;

10.1.5. Manter as condições de habilitação durante o decurso do prazo de utilização do auxílio financeiro, devendo apresentá-las sempre que solicitado pela Comissão Especial de Chamamento Público.

10.2. Ao se credenciar nos Programas “Material Escolar”, “Material de Apoio ao Trabalho Pedagógico” e “Uniforme Escolar”, o estabelecimento comercial credenciado autoriza expressamente a Secretaria de Educação, Juventude e Inovação – SEJIN, e, ainda, a empresa facilitadora de solução tecnológica contratada pela SEJIN a acessar, junto à Secretaria de Finanças do Município, os dados referentes ao lançamento de vendas no período de utilização dos cartões magnéticos ou outra tecnologia que funcione como cartão de débito estabelecido pela SEJIN, para efeito de auditoria.

CAPÍTULO XI - DAS VEDAÇÕES, PENALIDADES E SANÇÕES

11.1. É vedado:

11.1.1. A venda de produtos não incluídos nos kits constante dos Anexos das Resoluções SEJIN n°s 044, 043 e 042, de 12/12/2025;

11.1.2. A venda de produtos constantes dos kits, mas em quantidade superior, por aluno beneficiado, aos limites nela estabelecidos conforme Anexos das Resoluções SEJIN n°s 044, 043 e 042, de 12/12/2025, ressalvado as exceções previstas nas próprias Resoluções;

11.1.3. A venda de produtos sem a emissão de nota fiscal;

11.1.4. Impedir o beneficiário de escolher os itens com as características de sua preferência, desde que conste dos kits e respeitado o valor máximo constante nos Anexos das Resoluções baixadas pela SEJIN para o ano letivo de 2026, oferecendo “kit montado” pela credenciada;

11.1.5. Praticar preços maiores aos beneficiários dos Programas, do que os praticados aos



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS
Secretaria de Desenvolvimento Econômico
Secretaria-Executiva de Comércio, Oportunidade e Postura

consumidores comuns;

11.1.6. A venda de produtos por estabelecimento não credenciado;

11.1.7. A venda fora do prazo definido para comercialização;

11.1.8. Repasse de dinheiro;

11.1.9. Fraudar qualquer dos documentos da habilitação da empresa.

11.1.10. Expor para venda os produtos em local diferente daquele constante da inscrição.

11.2. A prática de qualquer dos atos vedados previstos neste edital, bem como a prática de ilícitos de qualquer natureza, relacionados ao objeto do credenciamento, acarretará o descredenciamento, além de outras punições administrativas e legais cabíveis.

11.3. O descredenciamento também poderá ocorrer:

a) Por inobservância ao regramento do Edital;

b) Se evidenciada a incapacidade técnica ou a inidoneidade da credenciada;

c) Não dispor a credenciada dos itens constantes nos “kits” do programa ao qual se credenciou;

d) Por constatação de fraude no exercício das atividades englobadas por este credenciamento;

e) Por realização de atendimento e/ou venda de forma itinerante e clandestina ou em ponto físico não credenciado;

f) Por divulgação e/ou venda de itens que não componham os “kits” aprovados;

g) Por descumprimento das especificações técnicas dos materiais que compõem os “kits”;

h) Venda de “kit” montado;

i) Não der fiel cumprimento às obrigações dispostas no Capítulo X;

j) deixar de prestar os esclarecimentos solicitados pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SDE, Secretaria de Educação, Juventude e Inovação – SEJIN e, ainda, pela empresa facilitadora de solução tecnológica a ser contratada pela SEJIN, em qualquer fase da execução dos Programas;

l) Não aceitar as regras estabelecidas pela empresa facilitadora de solução tecnológica contratada pela SEJIN, para execução dos Programas de que trata este Edital;

m) não manter sua regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista durante o decurso do prazo para utilização do auxílio financeiro, na forma estabelecida nas Resoluções baixadas pela SEJIN e,

n) Outras formas previstas em Lei ou neste Edital.

11.3.1. Se constatado pela fiscalização qualquer das hipóteses acima, o estabelecimento comercial terá seu credenciamento suspenso, devendo comprovar a regularização em até 02 (dois) dias úteis.

11.3.2. Findo o prazo sem a devida comprovação, será efetivado o descredenciamento do estabelecimento comercial por decisão da Secretária Executiva de Comércio, Oportunidade e Postura, com publicação no Boletim Oficial do Município.

11.4. O descredenciamento motivado por denúncias, apuração de irregularidades e fraudes será precedido de procedimento administrativo em que garantido o direito ao contraditório e ampla defesa, sem prejuízo da suspensão do credenciamento.

11.4.1. Em caso de denúncia e necessidade de investigação policial, o credenciamento da empresa investigada será suspenso até que as apurações se encerrem, independente da instauração de procedimento administrativo para possível descredenciamento e possível responsabilidade criminal e cível.



11.5. Os órgãos competentes serão comunicados para fins de apuração de responsabilidade cível, penal e/ou administrativa.

11.6. O credenciado estará sujeito a ser auditado pela Secretaria de Finanças e pela empresa facilitadora de solução tecnológica contratada pela SEJIN a qualquer tempo e, em sendo constatado irregularidade e/ou fraude de qualquer natureza, será aplicada multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor apurado da irregularidade e/ou fraude, sem prejuízo de ressarcimento aos Cofres Públicos dos valores arrecadados com as transações irregulares e/ou fraudulentas com as devidas correções, sem prejuízo das sanções administrativas, cíveis e criminais cabíveis.

CAPÍTULO XII - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

12.1. Os estabelecimentos comerciais credenciados ficam cientes que estão sujeitos a prestação de contas, devendo atender as solicitações da Secretaria de Finanças – SFI, Secretaria de Educação, Juventude e Inovação – SEJIN e Secretaria de Desenvolvimento Econômico - SDE.

12.2. A Secretaria de Educação, Juventude e Inovação - SEJIN, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SDE e a Secretaria de Finanças – SFI, poderão a qualquer tempo solicitar aos estabelecimentos comerciais credenciados as notas fiscais com a descrição dos itens comercializados para fins de auditoria; a não apresentação do material solicitado consiste em infração passível de exclusão do estabelecimento comercial dos Programas pelo prazo de 03 (três) anos, sem prejuízo das demais ações cabíveis.

12.3. A auditoria será feita pela Secretaria de Finanças, quando solicitado pela Secretaria de Educação, Juventude e Inovação – SEJIN e pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SDE.

CAPÍTULO XIII - DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Independente de declaração expressa, a simples participação neste Chamamento Público implica a aceitação das condições estipuladas no presente edital e submissão total às normas nele contidas.

13.2. Fica assegurado à Secretaria-Executiva de Comércio, Oportunidade e Postura – SDE.SCOPE o direito de:

13.2.1. Alterar as datas das fases subsequentes à entrega da documentação deste processo de Chamamento Público, dando conhecimento aos interessados, notificando-se, por meio eletrônico, os estabelecimentos comerciais que já tenham entregue a documentação, com a antecedência de pelo menos 24 (vinte e quatro) horas antes da data inicialmente marcada.

13.2.2. Revogar o Chamamento Público, em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta;

13.2.3. Anular o Chamamento Público de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, por vício de legalidade, mediante ato escrito e fundamentado, não gerando, nesse caso, para os estabelecimentos comerciais, qualquer direito à indenização.

13.3. É facultado à Comissão Especial de Chamamento Público, em qualquer fase do presente Chamamento Público, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS
Secretaria de Desenvolvimento Econômico
Secretaria-Executiva de Comércio, Oportunidade e Postura

13.4. O presente Edital de Chamamento Público será publicado no Boletim Oficial do Município de Angra dos Reis e em Jornal de grande circulação local, bem como poderá ser acessado, na íntegra, na página oficial da Prefeitura Municipal de Angra dos Reis: www.angra.rj.gov.

13.5. Qualquer modificação no Edital de Chamamento Público exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, quanto ao texto objeto de alteração, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar o cumprimento de suas fases.

13.6. O acompanhamento das etapas e resultados do processo é de inteira responsabilidade dos interessados.

13.7. Não é obrigatório que as empresas que participaram do Chamamento Público nº 001/2026 – SDE e se encontram credenciadas, participem do presente Chamamento público.

13.8. Este Edital tem validade de um ano, a contar da data da publicação, admitida sua prorrogação.

13.8.1. Havendo a prorrogação do presente edital, poderá ser aberto prazo para novas inscrições.

13.9. O valor do auxílio financeiro para o ano letivo de 2026 são os constantes dos Anexos das Resoluções SEJIN nºs 044, 043 e 042, de 12/12/2025, que fazem parte integrante do presente Edital.

13.10. É vedada qualquer possibilidade de transferência ao Município de Angra dos Reis de responsabilidade por encargos trabalhistas, fiscais, comerciais e previdenciários porventura inadimplidos pelas empresas contratadas, nos termos do art. 121, da Lei nº 14.133/2021.

13.11. Não será cobrado dos estabelecimentos comerciais credenciados qualquer taxa de administração e/ou adesão pela empresa facilitadora de solução tecnológica contratada pela SEJIN, nos termos do seu edital de contratação.

13.12. A Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SDE, através da Secretaria-Executiva de Comércio, Oportunidade e Postura – SDE.SCOP executa o Chamamento Público com o único fim de credenciar estabelecimentos comerciais para participarem dos Programas “Material Escolar” “Material de Apoio ao Trabalho Pedagógico” e “Uniforme Escolar”, todos de responsabilidade da Secretaria de Educação, Juventude e Inovação - SEJIN, não havendo repasse de recursos financeiros entre essas Secretarias no escopo dos referidos Programas, cuja operacionalização financeira será feita mediante contratação específica de empresa facilitadora de solução tecnológica pela SEJIN.

13.13. O credenciado poderá solicitar, a qualquer tempo, seu descredenciamento mediante requerimento a Comissão Especial de Chamamento Público pelo e-mail: sde.credenciamento@angra.rj.gov.br, explicitando no campo “Assunto”: Descredenciamento.

13.14. Fazem parte integrante deste Edital:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS
Secretaria de Desenvolvimento Econômico
Secretaria-Executiva de Comércio, Oportunidade e Postura

Anexo I	Lei nº 4.018, de 23/11/2021 Lei nº 4.019, de 23/11/2021 Lei nº 4.150, de 22/12/2022
Anexo II	Decreto nº 12.391, de 07/12/2021 Decreto nº 12.392, de 07/12/2021 Decreto nº 12.853, de 22/12/2022
Anexo III	Resolução SEJIN nº 042, de 12/12/2025 Resolução SEJIN nº 043, de 12/12/2025 Resolução SEJIN nº 044, de 12/12/2025
Anexo IV	Resolução SDE nº 004, de 10/12/2025 Resolução SDE nº 005, de 10/12/2025 Resolução SDE nº 006, de 10/12/2025

Angra dos Reis, 14 de abril de 2026.

MÁRCIA REGINA P. PAIVA
Secretária Executiva de Comércio, Oportunidade e Postura

JOSÉ ESSIOMAR GOMES DA SILVA
Secretário de Desenvolvimento Econômico